

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DDI**

**ISADORA MARIA SANTOS DA SILVA**

**REDE DE ATENDIMENTO À MULHER, VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA  
CIDADE DE ARACAJU/SE**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE**

**2021**

**ISADORA MARIA SANTOS DA SILVA**

**REDE DE ATENDIMENTO À MULHER, VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA  
CIDADE DE ARACAJU/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Direito  
da Universidade Federal de Sergipe, como  
exigência parcial para obtenção de título  
de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. MSc. Marcelo Fernandez  
Cardillo de Moraes Urani.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE**

**2021**

**ISADORA MARIA SANTOS DA SILVA**

**REDE DE ATENDIMENTO À MULHER, VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA  
CIDADE DE ARACAJU/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Direito  
da Universidade Federal de Sergipe, como  
exigência parcial para obtenção de título  
de Bacharel em Direito.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. MSc. Marcelo Fernandez Cardillo de Moraes Urani  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Tanise Zago Thomasi  
Examinador I

---

Prof. MSc. Clóvis Marinho de Barros Falcão  
Examinador II

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Prof. MSc. Marcelo Fernandez, pela  
atenção e disponibilidade. Ao professor Clóvis Marinho, por  
todo apoio e atenção.

Aos membros da banca, pela disponibilidade.

## RESUMO

O presente estudo tem como principal foco abordar a importância da Rede de Proteção da Lei Maria da Penha (LMP) no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Aracaju/SE. A rede visa, principalmente, prevenir e combater práticas de violência contra a mulher. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos: apresentar o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, traçar o papel dos movimentos feministas, bem como das organizações internacionais no combate a esse tipo de violência, abordar os principais pontos da LMP, com foco na rede de proteção prevista no aparato normativo e por fim, a rede de proteção da mulher existente em Aracaju/SE e sua importância na prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo o IPEA de 2020, o Direito Penal não tem sido adequado para solucionar delitos dessa natureza, diante disso, torna-se relevante e indispensável a análise da rede de proteção à mulher. Os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher devem ter um tratamento multidisciplinar, portanto, para além do direito penal e de suas penas aflictivas. O presente estudo consiste em pesquisa exploratória e os resultados serão de ordem qualitativa. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e da análise das informações, foi possível concluir que a rede de atendimento tem o dever de estar presente em diversas esferas da vida da mulher e que pensar no combate à violência é estabelecer uma rede de saúde acessível, centros de atendimento especializados, delegacias disponíveis para escutar de forma ativa a mulher. Por fim, através da presente monografia restou demonstrado que a prevenção, o acolhimento e o atendimento psicossocial é o melhor caminho para lidar com a violência doméstica contra a mulher.

**Palavras-chave:** Rede de Atendimento. Violência Doméstica contra a mulher. Lei 11.340/06.

## **ABSTRACT**

This study's main focus is to address the importance of the Maria da Penha Law (LMP) Protection Network in combating domestic and family violence against women in the city of Aracaju/SE. The network mainly aims to prevent and combat practices of violence against women. To this end, the following objectives were defined: to present the concept of domestic and family violence against women, to outline the role of feminist movements, as well as international organizations in combating this type of violence, to address the main points of the LMP, with focus on the protection network provided for in the normative apparatus and, finally, the existing woman protection network in Aracaju/SE and its importance in preventing domestic and family violence against women. According to the IPEA 2020, Criminal Law has not been adequate to solve crimes of this nature, therefore, it becomes relevant and indispensable to analyze the protection network for women. Cases of domestic and family violence against women must therefore be treated in a multidisciplinary manner, in addition to criminal law and its distressing penalties. The present study consists of exploratory research and the results will be of qualitative order. With the gathering of information throughout the research and analysis of the information, it was possible to conclude that the service network must have to duty to be present in different spheres of the woman's life and that to think about combating violence is to establish an accessible health network, specialized service centers, police stations available to actively listen to women. Finally, this monograph showed that prevention, reception and psychosocial care is the best way to deal with domestic violence against women.

**Keywords:** Service Network. Domestic violence against women. Law 11.340/06.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 Contexto e conceito .....</b>	<b>9</b>
2.1.1 Violências .....	9
2.1.2 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher .....	13
<b>2.2 Enfrentamento e Normatização .....</b>	<b>16</b>
2.2.1 Dos Direitos Das Mulheres .....	16
2.2.2. Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria Da Penha - LMP).....	18
<b>3 REDE DE PROTEÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Delegacia da Mulher (DEAM).....</b>	<b>26</b>
<b>3.2. Juizado De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher (Art. 14 da Lei 11.340/06).....</b>	<b>28</b>
3.2.1 Dos Tribunais de Justiça e Medidas Protetivas .....	29
<b>3.3. Casa-Abrigo.....</b>	<b>32</b>
<b>3.4 Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM).....</b>	<b>33</b>
<b>3.5 Defensoria Pública.....</b>	<b>34</b>
<b>3.6. Educação e Reabilitação de Agressores .....</b>	<b>35</b>
<b>4 REDE DE PROTEÇÃO NA CIDADE DE ARACAJU (SE).....</b>	<b>37</b>
4.1 DEAM da Capital Sergipana .....	40
4.2 Coordenadoria da Mulher e o Tribunal de Justiça de Sergipe.....	41
4.3 Centro De Referência De Assistência Social – CRAS.....	44
4.4 Casa-Abrigo.....	45
4.5 Importância da Rede de Atendimento de Aracaju para o Enfrentamento da VDFM.....	46
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na última década, de acordo com o Atlas da Violência de 2020, formulado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil teve um aumento de 8,3% na taxa de homicídios de mulheres ocorridos em âmbito domiciliar. Segundo a pesquisa, a cada 6 horas e 23 minutos uma mulher é morta dentro de casa, tendo como principais autores do crime os seus atuais ou ex-parceiros.

Visando mudar esse cenário de violência, em 2015 foi criada a Lei de nº 13.104, estabelecendo como feminicídio os casos de homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

No entanto, apesar da existência de leis mais severas, como a mencionada, pesquisas apontam, especialmente a do IPEA de 2020, que o Direito Penal não tem sido adequado para solucionar delitos dessa natureza.

Dessa forma, resta evidente que os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher devem ter um tratamento multidisciplinar, portanto, para além do direito penal e de suas penas afilivas.

Assim, se torna imprescindível, diante da sua relevância, abordar sobre a Rede de proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, prevista na Lei de nº 11.340/2006 - conhecida como Lei Maria da Penha (LMP).

A rede de proteção visa, principalmente, prevenir e combater práticas de violência contra a mulher, através das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS), dos Juizados e Varas especializadas, das Coordenadorias de violência contra a mulher, das Casas-abrigo, da Casa da mulher brasileira, dos Centros de Referência de atendimento à mulher, dos Órgãos da Defensoria Pública e dos Serviços de Saúde especializados.

Por se tratar de um tema tão relevante e vasto, a presente monografia terá como foco principal a importância da Rede de Proteção da LMP no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Aracaju/SE.

Segundo o Atlas da Violência de 2020, o Estado de Sergipe apresentou redução nas taxas de homicídios de mulheres entre os anos de 2017 e 2018 com baixa de 48,8%, estando entre as reduções mais expressivas. Todavia, entre 2007 e 2017, o estado apresentou um aumento de 107% nas taxas de feminicídio. Tais dados



evidenciam a necessidade de abordar o tema, uma vez que os mecanismos de prevenção e proteção repercutem diretamente no combate à violência contra a mulher, seja ela moral, patrimonial, física ou sexual.

Diante disso, será abordado, no presente trabalho, o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, será traçado o papel dos movimentos feministas, bem como das organizações internacionais no combate a esse tipo de violência.

Nesse sentido, indispensável a abordagem sobre os principais pontos da LMP, com foco na rede de proteção prevista no aparato normativo.

Por fim, será analisada a rede de proteção da mulher existente em Aracaju/SE e sua importância na prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

São fontes de pesquisa do presente trabalho: documentos (livros, periódicos, revistas, internet), documentos legais (dentre os principais: a Lei n. 11.340/06, a Lei 13.104//2015, a Lei 13.641/2018, a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil, o Código Civil e o Código Penal). Ademais, será uma pesquisa exploratória e os resultados serão de ordem qualitativa.

## **2 DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

### **2.1 Contexto e conceito**

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma das temáticas mais complexas e caras para toda a sociedade. É complexa pois o enredo envolve pessoas com laços afetivos e duradouros. Além disso, em regra, a violência é perpetrada pelo o homem (marido e pai que pertence ao núcleo familiar) e a vítima é a mulher (esposa e mãe). Há casos de violência em que se pode pensar em um plano estratégico para inibir novas condutas violentas e casos em que já não se pode pensar em uma tutela estatal, uma vez que a mulher já foi assassinada pelo parceiro.

No presente capítulo será abordada a conceituação desse tipo de violência que aflige tantas brasileiras e seus dependentes menores. Além disso, trataremos sobre o instrumento de proteção criado em 2006 para coibir a violência doméstica no Brasil, conhecido como a Lei Maria da Penha (Lei de nº 11.340/06).

Contudo, antes de adentrarmos no assunto principal, será apresentada a conceituação da violência, uma vez que imprescindível para a compreensão da temática como um todo.

#### **2.1.1 Violências**

O termo violência pode ser definido como ato de violentar, sendo esse último o ato de exercer violência sobre; estuprar, forçar, arrombar; desrespeitar (FERREIRA, 2001). Partindo disso, percebemos que existe mais de um tipo de violência.

Atualmente, sem esgotar as modalidades de violência temos: a de gênero, a violência doméstica, a intrafamiliar, a urbana, a institucional, a econômica, dentre outras. Além disso, existem as formas de violência como as de ordem psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. Essas formas serão tratadas no presente trabalho, todavia, na modalidade aqui focalizada, que é a de violência doméstica e familiar contra a mulher.

É praticamente unânime entre os autores que não há uma definição universal para definir o termo violência.

Entretanto, a socióloga Saffioti (2015) arriscou dizer que violência é todo agenciamento capaz de violar os direitos humanos. Entende-se que esses direitos são inerentes a todos os indivíduos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, sendo eles: o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à educação, ao trabalho, dentre outros (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Há quem defenda que a violência está associada a um excesso de ação, quando se ultrapassam limites estabelecidos em sociedade, pela cultura, por questões históricas (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Ribeiro (2013) esclarece que o termo violência significa coagir, usar da força para obrigar outrem, é constranger, submetendo o outro a seu domínio, violando seus direitos essenciais.

Diante do exposto, pode-se definir violência como o ato que viola a dignidade pessoal de alguém, operando-se por meio de palavras (moral, psicológica, sexual) ou ações (sexual, física, patrimonial). Ressalta-se que qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional e moral está sempre presente (SAFFIOTI, 2015).

Adentrando no assunto principal do presente capítulo, é importante ressaltar que a violência doméstica, de forma equivocada, é tratada muitas vezes como sinônimo de violência familiar, intrafamiliar e de gênero. Diante disso, é necessária a explicação dessas modalidades.

É consenso, entre as feministas, que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Saffioti (2015) embora utilize essa definição, pontua que o uso desse termo pode ser um modo de maquiar as relações desiguais entre homens e mulheres (REGINATO, 2014).

Diante disso, Saffioti (2015, p.75) conclui que a violência de gênero “pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura”.

Por outro lado, Ribeiro (2013, p.37) defende que a violência de gênero pode ser compreendida como violência contra a mulher, por ser o principal alvo. Além disso, pontua que a “violência contra a mulher foi assim concebida por ser praticada contra a pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher”.

Diante do exposto, percebe-se que há autores que vão diferenciar essas modalidades suscitadas de violência, enquanto outros entendem como sinônimos.

No presente trabalho adotaremos o entendimento de diferenciar essas violências para evidenciar o local que ocorre, bem como os possíveis agressores e vítimas.

Assim, a violência doméstica é definida como as situações ocorridas dentro de casa, afetando pessoas que vivem, parcialmente ou integralmente, nesse domicílio, independentemente de vínculo familiar, podendo atingir agregadas(os) e empregadas domésticas(os).

Já a violência familiar envolve membros de um mesmo núcleo familiar e leva-se em conta laços de consanguinidade e afinidade, podendo ocorrer dentro ou fora de casa, contudo, é mais frequente o primeiro caso (SAFFIOTI, 2015).

Ademais, a violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio, em que agressor e vítima não fazem parte do mesmo núcleo familiar.

As expressões “violência doméstica” e “violência familiar” estão relacionadas à violência ocorrida entre “homens e mulheres, pais e filhos, entre jovens e idosos, não necessariamente em desfavor das mulheres” (RIBEIRO, 2013, p 37).

Diferenciar essas modalidades de violência é importante para identificar o local da agressão, quem é a vítima e quem o agressor. Constatando esses dados é possível criar políticas públicas, bem como criar legislações específicas para cada caso, visando a prevenção e o combate a esse problema social.

Os estudos sobre violência doméstica se iniciaram por volta dos anos 60 e o enfoque *a priori* eram crianças maltratadas, *a posteriori* passaram a abranger mulheres e, atualmente, idosos. É relevante frisar que a violência doméstica, independentemente da vítima, tem como denominador comum a violação da dignidade pessoal do indivíduo (LOURENÇO; CARVALHO, 2001)

Merece destaque o fato de que o Brasil já dispõe de instrumentos de proteção desses grupos, como a Lei Maria da Penha (Lei de nº 11.340 de 2006), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei de nº 8069/90) e o Estatuto do Idoso (Lei de nº 10.741/03).

A questão da violência em âmbito domiciliar é um problema social de dimensão universal, que ultrapassa fronteiras culturais, geográficas, étnicas, de classe ou religiosa. E que, com base em dados da Unicef (2000), as mulheres são as principais vítimas de violência doméstica (LOURENÇO; CARVALHO, 2001).

Nesse sentido, em 2001, a Fundação Perseu Abramo coligiu informações em todo o país e identificou que 43% das entrevistadas, quando estimuladas, já sofreram algum tipo de violência sexista, considerando que 1/3 delas disse ter sofrido violência física, 27% confessaram ter vivenciado violência psíquica e 11% relataram assédio sexual (SAFFIOTI, 2015).

Em pesquisa mais recente, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, constatou-se que, entre os casos de violência contra a mulher, 42% ocorreram no âmbito doméstico, e em 76,4% desses casos o agressor era alguém conhecido. A pesquisa destaca, ainda, que em 52% dos casos a vítima não denunciou o agressor ou procurou ajuda.

Esse último dado é relevante na medida que suscita a discussão sobre por qual razão essas mulheres não denunciaram seus agressores. A primeira razão seria por não ter conhecimento acerca dos instrumentos de proteção, isto é, da existência da LMP. Todavia, esta hipótese deve ser descartada, uma vez que em pesquisa realizada, em 2013, pelo Data Popular (2013), a pedido do Instituto Patrícia Galvão, constatou-se que 98% da população conhece a legislação mencionada. A segunda razão seria no sentido de que existe uma naturalização dessas violências acometidas, em maior parte, no relacionamento conjugal. Sobre essa hipótese, Saffioti (2015, p.78) explica que há “(...) uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia (...) para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas”.

Nessa perspectiva, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2014, 63% dos brasileiros disseram concordar que casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família e cerca de 82% dos entrevistados disseram concordar que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. A pesquisa evidencia um problema social na medida que expõe que a sociedade ainda entende que as agressões entre marido e mulher devem permanecer no âmbito doméstico.

Sobre a tolerância da sociedade em relação aos casos de violência Saffioti (2015, p 79) pontua que:

A questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres(...). O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social do gênero, baseada na virilidade como

força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres.

Desse pensamento, decorre uma crítica, principalmente, de mulheres politicamente organizadas sobre “*o que é privado é público*”, chamando o Estado para tutelar essas questões.

Dessa tutela estatal, surge a terceira razão/hipótese que justificaria as subnotificações nos casos da violência aqui estudada, seria o fato de as mulheres vítimas não quererem denunciar seus agressores por não concordar com a prisão desses, uma vez que, na maioria das vezes, são pais dos seus filhos. De acordo com Reginato (2014), a subnotificação é um dos efeitos colaterais de uma política excessivamente dura para esses casos. Além disso, estudos apontam que as mulheres, normalmente, não desejam a existência do procedimento penal, preferem resolver o conflito fora do mundo jurídico penal punitivo.

Partindo disso, antes de falarmos sobre a LMP e suas principais questões, faz-se necessário abordar o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, expressão adotada pela legislação específica brasileira.

### 2.1.2 Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

A literatura define violência doméstica contra a mulher como qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo direto ou indireto a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital (MACHADO; COSTA, 2003).

A definição ora mencionada se assemelha à disposta na legislação específica do Brasil, criada em 2006, Lei de nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que configura como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A lei considera agente passivo a mulher, independentemente da idade, desde que se enquadre no conceito biológico de mulher.

Todavia, já existe jurisprudência reconhecendo a aplicação da LMP para transexual, travesti e transgênero, contudo, o entendimento não é pacífico. Diante disso, conclui-se que não só mulher, no sentido biológico, pode vir a ser vítima, direta, de agressão, bem como ser protegida pela lei mencionada (OLIVEIRA; BARRETO, 2018).

Quanto ao sujeito passivo, este pode ser tanto o homem quanto a mulher, desde que caracterizado o vínculo de relação doméstica, familiar ou afetividade. Contudo, a possibilidade de a mulher figurar como agente ativo recebe severas críticas da doutrina no sentido de que o legislador ao mencionar a violência baseada no gênero deixou evidente que estava tratando da relação de discriminação e violência praticada pelo homem contra a mulher. Assim, o caso de uma mulher que agride outra, por operar entre partes supostamente iguais, que pertencem ao mesmo gênero, não se enquadraria em violência baseada no gênero (RIBEIRO, 2013).

Apesar da divergência, na prática observa-se que, tanto na doutrina e jurisprudência, nas situações de violência doméstica em que a vítima é mulher e o agressor é seu parceiro presume-se que se trata de violência de gênero. Dessa forma, evidente que o direito não conseguiu absorver a complexidade do conceito de gênero (REGINATO, 2014).

Diante do exposto, conclui-se que “a violência doméstica tem gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante” (WELZER-LANG, 1991, p. 278).

De acordo com Melo (2003, p 16) o termo gênero é utilizado para:

[...] demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram pólos de dominação e submissão. Impõe-se o poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres, subordinando-as às necessidades pessoais e políticas dos homens, tornando-as dependentes.

Nesse sentido, de acordo com Guimarães e Pedroza (2015), a sociedade brasileira é autoritária e estruturada em relações de mando e obediência, sustentadas com base em padrões patriarcais e machistas.

Sobre a temática Saffioti (2015, p. 85) esclarece que “violência de gênero, inclusive nas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social do gênero, que privilegia o masculino”.

Diante desse cenário, por volta de 1960/70, os movimentos feministas passaram a pedir igualdade de tratamento entre homens e mulheres, bem como a denunciar práticas de violência contra a mulher (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Assim como surgiram discussões e debates sobre o assunto, criaram-se também as primeiras normatizações, merece destaque duas convenções internacionais sobre os direitos das mulheres: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969), das quais o Brasil é signatário (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015, p 261).

A CEDAW foi o primeiro tratado internacional específico sobre os direitos das mulheres e tem como principal objetivo eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres nos aspectos político, econômico, cultural, social e civil (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979).

Enquanto a Convenção de Belém do Pará foi o primeiro tratado a abordar a definição formal de violência doméstica contra a mulher, e a expor que tais práticas ferem os direitos humanos, bem como a dignidade da pessoa humana (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

O Brasil, embora signatário de tais instrumentos internacionais e conter em sua Carta Magna (Constituição Federal de 1998) como fundamento da República Federativa a dignidade da pessoa humana, bem como ter dentre os direitos individuais e coletivos a igualdade perante a lei entre homens e mulheres, somente criou legislação específica para a proteção das mulheres em 2006, quando sancionada a Lei nº 11.340/06 (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) tem dentre os principais objetivos coibir e punir a violência doméstica contra a mulher. Segundo Brasil (2015), a lei protetiva trata de forma integral o problema, portanto, além de garantir a punição do agressor, assegura mecanismos de proteção e acolhimento emergencial à vítima. Isto é:

Isolando-a do agressor, ao mesmo tempo que cria mecanismos para garantir a assistência social da ofendida. Além disso, a lei previu os mecanismos para preservar os direitos patrimoniais e familiares da vítima; sugeriu arranjos para o aperfeiçoamento e efetividade do atendimento jurisdicional; e previu instâncias para tratamento do agressor. (BRASIL, 2015, p 8).



Dessa forma, em síntese, verifica-se que a partir de debates suscitados pelos movimentos feministas foi possível a discussão e a normatização de direitos para as mulheres, bem como a punição de atos violadores de direitos.

Assim, no próximo tópico discutiremos, de forma sucinta e sem esgotar o assunto, sobre mecanismos de enfrentamento e normatização dos direitos das mulheres.

## **2.2 Enfrentamento e Normatização**

No presente tópico serão apresentados, inicialmente, alguns acontecimentos históricos na defesa dos direitos das mulheres, também será abordado acerca dos primeiros tratados e convenções internacionais, e por fim sobre a criação da Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha (LMP).

### **2.2.1 Dos Direitos Das Mulheres**

A busca por isonomia e igualdade de tratamento tem sido pauta dos movimentos feministas, sobretudo, a partir do século XVIII. Entretanto, as denúncias contra as práticas de violência doméstica contra a mulher somente passaram a ser destaque em meados de 1960 (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Observa-se que, no ano de 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) já havia criado a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresentando a importância da igualdade entre homens e mulheres e reconhecendo que a dignidade é inerente a todos (SILVA, 2019), vejamos:

[...] os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, online).

Segundo Silva (2019), a referida declaração foi relevante para influenciar os Estados a adotarem práticas isonômicas entre homens e mulheres. Ainda, o autor sustenta que em 1946 a ONU já dispunha de Comissão responsável por promover políticas públicas no âmbito dos direitos das mulheres.

A referida comissão ensejou a realização de diversas convenções, como:

Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, que reconhecia a igualdade política independente do sexo, estabelecendo que mulheres poderiam votar e serem votadas, bem como a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, onde ficou estabelecido que, ao contrair matrimônio ou dissolvê-lo, a mulher não deveria mudar sua nacionalidade. Por fim, não poderia deixar de ser mencionada a importante Convenção Sobre o Casamento por Consenso, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos (1962), que o seu título já indica sua finalidade. (SILVA, 2019, p 17).

Além disso, em 1979 ocorreu a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), sendo o primeiro instrumento a abordar de forma ampla os direitos das mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979).

Silva (2019) destaca que a referida convenção estimulou os Estados a adotarem políticas públicas com o intuito de prevenir e combater qualquer tipo de violação ou ameaça aos direitos humanos conquistados pelas mulheres. Além disso, explana sobre a resistência de alguns países que ratificaram a convenção, porém com ressalvas, a exemplo do Brasil que ratificou em 1984, porém, somente promulgou em 2002.

Ademais, merece destaque a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, realizada em 1969, pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, em Belém do Pará, que objetivou reprimir qualquer tipo de violação aos direitos humanos e liberdades da mulher (REGINATO, 2014).

O pacto inovou ao reconhecer que a violência doméstica é assunto de âmbito público sendo uma questão social a ser tratada por Estado e sociedade (SILVA, 2019).

Ressalta-se que o Brasil foi condenado internacionalmente por descumprir o referido pacto no caso denunciado por Maria da Penha.

O esposo de Maria da Penha durante 23 anos de casamento praticou atos de violência doméstica, dentre os quais, duas tentativas de homicídio, sendo a primeira com disparo de tiro, que a deixou paraplégica, e a segunda, após mantê-la em cárcere privado por 15 dias, tentou matá-la com choque elétrico durante o banho (RIBEIRO, 2013).

O agressor foi condenado em duas instâncias, todavia, em virtude de recurso não foi preso. Diante disso, Maria da Penha juntamente com o Centro para a

Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). E em 2001, o Brasil foi condenado por omissão e tolerância a práticas de violência domésticas contra as mulheres brasileiras (SILVA, 2019).

Frisa-se que o agressor foi preso seis meses antes do crime prescrever, portanto, quase vinte anos depois.

Segundo Souza e Fonseca (2006), a denúncia realizada significou uma espécie de evidência de um padrão sistemático de omissão e negligência em relação à violência doméstica e intrafamiliar.

Diante das recomendações da comissão interamericana de direitos, foi possível observar que o Brasil necessitava de medidas específicas para tratar a violência doméstica contra a mulher em razão do gênero (SILVA, 2019).

Assim, após o assunto ser amplamente debatido pelo legislativo, executivo e por representantes da sociedade, foi sancionada a Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a).

#### 2.2.2. Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria Da Penha - LMP)

A legislação específica, consoante disposto nos tópicos precedentes, surge como resultado de mobilizações de mulheres no enfrentamento à violência doméstica, assim como ao alto índice de mortalidade de mulheres no Brasil (BALZ, 2015).

Neste tópico será feita uma síntese das principais questões da Lei 11.340 de 2006. A lei está fundamentada no artigo 226, § 8 da Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

O artigo 1º da lei explica o objetivo a ser atingido com o instrumento normativo. Portanto, dispõe que visa coibir e prevenir práticas de violência contra a mulher, bem como garantir assistência para as vítimas e seus familiares.

Defende, em seu artigo 2ª, que as mulheres gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana. Dispõe que o poder público assegurará condições para que as mulheres exerçam efetivamente o direito à vida, à saúde, à segurança, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao trabalho, à dignidade dentre outros.

Ademais, a lei determina que cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos elencados acima.

De acordo com o artigo 5º, configura violência doméstica qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, âmbito da família, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida. Frisa-se que as relações pessoais dispostas acima independem de orientação sexual (BRASIL, 2006a).

A lei apresenta de maneira minuciosa, em seu artigo 7º, as formas de violência doméstica e ainda permite que o operador do direito identifique tantas outras formas, sendo o rol, portanto, meramente exemplificativo (SILVA, 2019)

Assim em síntese e com base no disposto no artigo 7º, ora mencionado, a violência física é uma conduta que ofende a integridade ou saúde corporal da mulher, enquanto a moral é considerada atos de calúnia, injúria ou difamação (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

De acordo com Silva (2019, p.26), a violência física, por muito tempo, foi utilizada como “forma de castigo usada pelo homem para se assegurar como detentor do poder na relação, obrigando a mulher a se submeter às suas imposições”.

Por outro lado, a violência psicológica é definida no inciso II como: situações de ameaça, constrangimento, controle, perseguição, humilhação, que ensejam impactos, portanto, na saúde emocional, autoestima e ao pleno desenvolvimento da mulher (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Silva (2019) sustenta que a violência psicológica não deixa marcas aparentes no corpo da vítima, mas sim no emocional, ocorrendo por meio de ameaças, humilhações, imposições de determinados comportamentos, discriminação, chantagem, insulto e diminuição da autoestima.

No inciso III a agressão sexual é definida como uma conduta que constranja, mediante força ou ameaça, a mulher a participar de relação sexual não desejada, além disso, configura-se também quando há limitação ou anulação do exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (exemplos: forçar aborto ou uso de contraceptivos) (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Frisa-se que a Convenção de Belém do Pará reconheceu a possibilidade de a mulher ser vítima de estupro pelo seu próprio marido (SILVA, 2019).

No caso da violência patrimonial, disposta no inciso IV da lei, é empregada contra o patrimônio da vítima ou do casal, sendo que esses objetos não precisam ser

valiosos, podendo ser documentos, recursos econômicos e direitos da vítima (BRASIL, 2006a).

Quanto as questões procedimentais, a lei, no artigo 10º, assegura atendimento policial e pericial especializado e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Além disso, a autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Outrossim, na existência de risco atual ou iminente à vida ou integridade da vítima ou de seus familiares ou dependentes, o agressor deverá ser afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida. A medida poderá ser tomada pela autoridade judicial, pelo delegado de polícia, ou pelo policial, observando os termos da lei.

Frisa-se que, em se tratando de ação penal condicionada à representação da ofendida, a renúncia a esta somente ocorrerá perante o juiz em audiência com tal finalidade, devendo ser realizada antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público (BRASIL, 2006a).

A lei, ainda, veda penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como de substituição da pena que implique o pagamento isolado de multa (BRASIL, 2006a).

No capítulo II, a lei prevê as medidas protetivas de urgência que buscam assegurar a manutenção da integridade da mulher vítima de violência doméstica e familiar, garantindo-lhe, dessa forma, proteção jurisdicional. Ressalta-se que a aplicação das medidas protetivas está subordinada tanto aos requisitos constantes da Lei nº 11.340/06, quanto aos requisitos das medidas cautelares em geral (BALZ, 2015).

De acordo com Portella (2011), é da mulher a iniciativa de pedir a aplicação das medidas protetivas de urgência. Entretanto, além da vítima, pode o Ministério Público (MP) requerer a aplicação da proteção. Assim, na hipótese de a vítima dispensar a proteção, nada impede que mais adiante o representante do MP requeira a medida (CUNHA; PINTO, 2008).

No artigo 22 consta o rol de medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor. Esse rol é meramente exemplificativo, podendo o juiz aplicar tantas outras medidas quanto necessárias para assegurar a integridade da vítima e de seus familiares (SOUZA, 2019).

Dentre as medidas do artigo mencionado, está a suspensão ou restrição do porte de armas, afastamento do lar, proibição de determinadas condutas como: aproximação (fixando até limite de distância) ou contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação e frequência de determinados lugares, restrição ou suspensão de visitas a menores, prestação de alimentos provisórios, comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação de forma obrigatória, nos termos da Lei 13.984/20, bem como atendimento psicossocial.

Souza (2019, p 37) destaca que “a proibição de aproximação não se restringe tão somente à residência da vítima, são também proibidos o contato e proximidade em locais públicos ou ainda ao espaço de convivência rotineira da vítima”.

No artigo 23 e 24 as medidas protetivas são direcionadas à ofendida, e dispõe sobre medidas de proteção para a ofendida e de proteção ao patrimônio da sociedade conjugal (SOUZA, 2019).

Ademais, com o intuito de garantir efetividade para as medidas protetivas, em 04 de abril, foi publicada a Lei nº 13.641/18 criminalizando o descumprimento das medidas protetivas. Segundo Silva (2018), o surgimento desta lei teve como objetivo auxiliar a lei Maria da Penha a alcançar efetividade.

Silva (2018, p 18), ainda, sustenta que:

Quanto ao aspecto prático na nova lei ora em apreço, pode-se afirmar que veio munir os operadores do direito de armas para que o direito que se pretende tutelar possa gozar de uma maior proteção, pois se verificava no dia a dia dos juízes das varas por exemplo, que os acusados não transpareciam nenhum medo ou arrependimento, além de haver reincidência diante da impunidade que na realidade se verificava em tais fatos, agora, com a tipificação do descumprimento das medidas protetivas, houve um fortalecimento no caráter repressivo, preventivo e punitivo da Lei Maria da Penha, de forma a contribuir com os magistrados na busca pela defesa dos direitos a que se propôs essa lei.

Além disso, explana que, na medida que a Lei nº 13.641/18 serve como meio para garantir a efetividade das medidas protetivas dispostas na Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), de certa forma, ratifica a ideia de inefetividade dessas medidas (SILVA, 2018).

No título V e início do VII, a LMP estabelece a rede de proteção para as vítimas, tema que será abordado no próximo capítulo.

Antes disso, pontuamos que a LMP afastou a aplicação da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), independentemente da pena, e por conseguinte dos institutos despenalizadores (suspensão condicional do processo, transação penal do processo e composição civil e a faculdade de decidir acerca da oportunidade do processamento da ação penal), conforme decisão do STF nas ADI 4424 e ADC 19 (REGINATO, 2014).

Todavia, há quem defenda a utilização dos institutos despenalizadores, a exemplo da suspensão condicional do processo que tem caráter educativo e ressocializador, uma vez que estabelece período de acompanhamento pelo Estado, tendo este último possibilidade de intervir no comportamento do agressor, através de intervenção psicossocial, se mostrando mais efetiva que a privação de liberdade (RIBEIRO, 2013).

Nessa perspectiva, a justiça deve ter caráter restaurativo e não punitivo, visando este aspecto, a Justiça Restaurativa tem sido uma modalidade inovadora, tendo como proposta uma resposta ao crime diferente da resposta da Justiça Criminal. A abordagem restaurativa lida com as causas e consequências dos crimes, considerando a opinião da vítima, visando tanto a redução da criminalidade quanto o impacto dos crimes sobre os cidadãos (COSTA, 2005). Sendo, portanto, uma possibilidade a ser aplicada no combate aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Partindo disso, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar a importância da rede de proteção prevista na LMP para o combate da violência aqui estudada, considerando o auxílio interdisciplinar que a lei menciona para além do direito penal punitivo. Para isso, no próximo capítulo serão apresentados os mecanismos de proteção previstos na LMP.

### 3 REDE DE PROTEÇÃO

No presente capítulo será abordada a rede de proteção interdisciplinar prevista na LMP.

Os mecanismos de proteção são indispensáveis para impedir novas agressões, bem como reduzir os números de feminicídio no Brasil. Segundo dados do Atlas da violência de 2020 (BRASIL, 2020), 19 das 27 UF's brasileiras apresentaram redução nas taxas de homicídios de mulheres entre 2017 e 2018, sendo a mais expressiva no Estado de Sergipe com redução de 48,8%.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada constatou que embora tenha ocorrido uma queda nos homicídios de mulheres fora da residência, seguindo a tendência da taxa geral de homicídios e da taxa de homicídios de mulheres no país, a taxa de homicídios em domicílio segue outro padrão, ocorrendo um aumento de 8,3% entre 2013 e 2018 (BRASIL, 2020).

Os resultados mostram que o Brasil precisa melhorar nos aspectos preventivos, uma vez que os repressivos têm se mostrado insuficientes. Abordar a rede de apoio à mulher é enfatizar a necessidade de investimentos na área de saúde e de assistência social, tendo em vista que através desses mecanismos é possível atingir resultados mais satisfatórios no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A LMP prevê mecanismos de proteção à mulher, dentre eles estão as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS), os Juizados e Varas especializadas, as Coordenadorias de violência contra a mulher, as Casas-abrigo, a Casa da mulher brasileira, Centros de Referência de atendimento à mulher, os Órgãos da defensoria pública, os Serviços de Saúde especializados (BRASIL, 2006a). É relevante abordar os principais serviços e programas disponibilizados pela rede de apoio, o que será feito neste capítulo.

A rede de atendimento às mulheres também é composta por serviços especializados como os Centros de Referência de atendimento à mulher (CRAM) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e não especializados, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A violência perpetrada contra as mulheres gera repercussões psicossociais, econômicas e políticas, não só na esfera individual e familiar como também na esfera social da mulher. Além disso, trata-se de um fenômeno histórico



que tem sido diagnosticado como uma questão de saúde da mulher e consequentemente de saúde pública (GROSSI et al., 2008).

Até meados de 1980 a resposta estatal para esses casos se restringia à proteção policial e o encaminhamento dos casos à justiça, visando a punição do agressor. A partir de pressões do movimento feminista e do Conselho Estadual da Condição Feminina, foi criada a primeira Delegacia da Mulher no Estado de São Paulo (SAFFIOTI, 1997). Nos casos de crimes de lesão corporal leve as próprias delegacias podiam realizar mediações, bem como nos casos em que a autoridade policial entendesse ser a melhor forma de intervenção.

Nessa mesma década surgiram as coordenadorias da mulher em diversos estados e municípios, tornando público e nacional a temática da violência contra a mulher. Em 1990, a área da saúde e da assistência social passou a adotar novas políticas visando o diagnóstico do problema e oferecendo uma maior atenção a esses casos. Nesse mesmo período, foram criadas as primeiras casas-abrigo. Ainda nessa década, ocorreram diversos eventos na luta contra a violência doméstica, com destaque para a IV Conferência Mundial sobre a mulher, em 1995, e a Convenção do Belém do Pará, em 1994, já citada no presente trabalho (REGINATO, 2014).

Através da interação dos serviços de saúde, delegacias, casas-abrigo, serviços sociais e, IML surgiram as primeiras parcerias, em alguns estados e municípios, formando assim uma rede de atendimento de assistência integral

Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, em 2004 foi estabelecido as diretrizes para a promoção da igualdade de gênero através do Plano Nacional de Políticas Públicas para as mulheres, e em 2006 criada a Lei 11.340 (conhecida como a Lei Maria da Penha), visando coibir práticas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre as matérias tratadas na lei estão a assistência judiciária, os juizados, com atendimento multidisciplinar, integrados por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde (BRASIL, 2006a).

O aparato normativo, ainda, dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão promover e criar centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres, casas-abrigo para mulheres e seus respectivos dependentes menores, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde especializados, programas e campanhas de enfrentamento e centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006a).

Além disso, a LMP e por conseguinte toda a rede de proteção deve observância aos princípios básicos que os regem, dentre eles: o princípio da primazia dos direitos humanos, que reconhece a violência doméstica como uma violação aos direitos humanos; o princípio da igualdade, não discriminação e do direito a uma vida sem violência; o princípio do atendimento integral (que dispõe sobre acesso à justiça e às políticas públicas de assistência destinadas às mulheres, o princípio da celeridade e, por fim, o princípio do acesso à justiça, que dispõe sobre o direito de ter advogado, assistência judiciária gratuita, o direito de obter medidas protetivas, de ser notificada sobre atos processuais relativos ao agressor, ainda, direito a ter conhecimento sobre a rede de proteção existente (BRASIL, 2011).

Em pesquisa elaborada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2008, identificou-se a quem, primeiramente, a mulher recorre após ser agredida. (A análise, evidentemente, restringiu-se aos casos em que se busca ajuda). A pesquisa traçou duas redes, a primária composta por familiares, amigos, vizinhos, e a secundária composta por profissionais especializados ou profissionais e funcionários de instituição pública ou privada, organizações sociais. Verificou-se que 38,8% buscam ajuda com os pais, cerca de 14,8% buscam ajuda com profissionais especializados e 11,1% pedem ajuda aos próprios agressores (GROSSI et al., 2008).

O último dado mostra que por vezes a mulher já está tão isolada que a sua única referência é o próprio agressor. As entrevistas da pesquisa se deram no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), equipamento estatal localizado em áreas de vulnerabilidade social, que age atuando em organizar e executar serviços de proteção básica, e na prática atende também as mulheres vítimas de violência, embora não seja a sua especialidade (GROSSI et al., 2008).

Além disso, investigou-se, por meio das entrevistas, qual a rede de serviço procurada após a agressão, das 54 entrevistadas, apenas 16 mulheres relataram que buscaram alguma rede de apoio secundária, sendo que 6 foram ao pronto socorro (apenas 2 mulheres relataram que os ferimentos decorreram de violência doméstica), 4 buscaram hospital (nenhuma delas relataram a procedência dos machucados), 3 buscaram o CRAS mais próximo (sendo que nenhuma delas relataram sobre a violência no primeiro atendimento) e 3 buscaram a delegacia da mulher (todas relataram a procedência das lesões) (GROSSI et al., 2008).

A partir dos dados coletados é possível traçar um plano para viabilizar o acesso dessas mulheres à informação. Por vezes a mídia, como campanhas na TV, são relevantes, contudo, o trabalho de base se mostra mais efetivo. Portanto, reforçar informações sobre a rede de apoio em postos de saúde, na comunidade, no próprio CRAS, facilita a informação, comunicação e possibilita o acesso de quem precisa para as redes de atendimento multidisciplinar.

Diante disso, passa-se a análise individualizada da Delegacia da mulher, dos juizados especializados em violência doméstica e familiar contra a mulher, das casas-abrigo, dos centros de referência de atendimento à mulher, da defensoria pública e das práticas (programas) de educação e de reabilitação de agressores, conforme previsto na LMP.

### **3.1 Delegacia da Mulher (DEAM)**

A primeira DEAM foi criada na cidade de São Paulo, em 1985. Por conseguinte, foram criadas mais 152 delegacias, metade no estado de São Paulo e as demais nas capitais dos estados brasileiros.

Nas DEAMS, anteriores a LMP, as práticas de composição de conflito, como a mediação, faziam parte da rotina. Todavia, após a legislação específica, as práticas de mediação passaram a ser vedadas, tornando-se limitada sua atuação. Logo, com o advento da LMP ocorreu a desarticulação das práticas de mediação, além do estabelecimento do mecanismo de processamento automático, bem como o início da persecução penal mesmo sem a vontade da vítima (REGINATO, 2014).

Sobre a temática:

As delegadas de polícia da DEAM Aracaju, aprovaram os diversos aspectos da LMP que ampliaram o leque de intervenções possíveis, permitindo que recursos diversos fossem mobilizados no atendimento, como a possibilidade de prisão preventiva, as medidas protetivas de urgência e a previsão de criação dos JVDPM funcionando como órgão que cumula competências para julgar matéria cível e criminal, numa perspectiva conglobante. Por outro lado, logo perceberam, no mecanismo do processamento automático, a desarticulação das práticas de mediação e o problema de ter que dar início à persecução penal quando as mulheres assim não desejassem. (REGINATO, 2014, p.177).

Apesar dessas limitações, as DEAMS ainda cumprem um papel importante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Em 2010, a Norma Técnica de Padronização das Delegacias de Atendimento Especializado para as mulheres foi

atualizada para ficar de acordo com a LMP. O documento estabelece que as DEAMs devem ter como base 4 diretrizes, a profissionalização, a prevenção, a educação/cidadania e a investigação (BRASIL, 2011).

A natureza das DEAMs, segundo a norma técnica, é de caráter preventivo e repressivo, “devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, às quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e aos princípios do Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2011, p 30). A prevenção deve ocorrer a partir de campanhas educativas, realização de oficinas, divulgação do “ligue 180”, produção de banco de dados relativo ao atendimento, comunicação com outras DEAMs, dentre outras ações. A repressão deve se dar através da instauração automática e obrigatória dos inquéritos policiais, produção de provas, dentre outras atividades policiais tradicionais.

São beneficiárias diretas dos serviços das DEAMS todas as mulheres vítimas de violência de gênero, não se restringindo aos casos de violência doméstica. A autoridade policial entendendo necessário pode oferecer pedido de concessão de medidas protetivas ou para decretação de prisão preventiva, bem como encaminhar a vítima aos serviços de atendimento da rede, a exemplo de casas-abrigo, centro de referência, CRAS (BRASIL, 2011).

Dentre as atribuições das DEAMS estão a garantia de proteção policial, o encaminhamento da mulher aos estabelecimentos de saúde e ao IML, fornecimento de transporte, quando necessário, acompanhamento na retirada de seus pertences e informá-la de seus direitos e os serviços disponíveis (BRASIL, 2006a).

Além disso, todo ato de violência contra a mulher, que configure crime ou contravenção penal deve, prioritariamente ser investigado e apurado na delegacia da mulher. O atendimento e acolhimento inicial da vítima deve se dar por equipe de policiais qualificada e preferencialmente do sexo feminino. Esse atendimento especializado deve ser ofertado de forma ininterrupta, nas 24 horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em especial nas unidades que são únicas no município.

O documento ainda sugere uma proposta de equipe ideal, considerando uma DEAM, uma Delegada (o), vinte e um Agentes, dois Apoios, um Serviços gerais, com a seguinte projeção: até trezentos mil habitantes (hab.) a existência de duas DEAMs, localizadas em áreas geográficas antagônicas, até quinhentos mil a

existência de três DEAMs, de quinhentos a um milhão a existência de quatro DEAMs e acima de um milhão a partir de cinco DEAMs.

Apesar da sua importância, de acordo com dados do IBGE de 2019, mais de 90% das cidades brasileiras ainda não contam com unidade de Delegacia Especializada no atendimento à mulher. Conforme exposto, as DEAMs são um dos principais mecanismos de execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. É relevante pontuar que na ausência de delegacia especializada, as mulheres podem prestar B.O em uma delegacia comum, devendo a autoridade policial remeter para uma DEAM mais próxima, ou na ausência, remeter ao juiz até 48 horas para, sendo necessário, determinar a concessão das medidas de proteção cabíveis.

Esse juiz, ao qual a lei se refere, em regra, será o da Vara ou do Juizado de Violência Doméstica contra a mulher. Diante disso, no próximo tópico abordaremos a competência e o papel dos Juizados de Violência Doméstica no enfrentamento dessa questão social.

### **3.2. Juizado De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher (Art. 14 da Lei 11.340/06)**

Os Juizados Especializados em violência doméstica têm competência cível e criminal para o processamento, julgamento e execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, devendo contar com uma equipe multidisciplinar especializada nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018a).

Essa conexão entre os litígios cíveis e criminais permite que em único procedimento judicial seja cuidada a agressão sofrida, bem como a separação conjugal, ação de alimentos, separação de corpos. Dessa forma, garante-se o acesso das mulheres à justiça de forma mais rápida e menos onerosa (BRASIL, 2006).

É válido mencionar que em casos de feminicídio, nos termos do HC 102150 do STF de Relatoria do Min. Teori Zavascki, em 2014, a Lei de Organização Judiciária, de cada estado, poderá prever que a primeira fase do procedimento do júri seja realizada na Vara ou no Juizado Especializado em violência doméstica e familiar contra a mulher, e o julgamento, obrigatoriamente, pelo tribunal do Júri.

Se a cidade ainda não dispuser do juizado específico o processo tramitará na Vara Criminal. De acordo com o Relatório de 2018 do Conselho Nacional de Justiça (2018a), eram 109 varas exclusivas em 2016 passando para 122 em 2017, com um aumento percentual de 12%. Dentre os tribunais que criaram novas varas e juizados estão TJPR, TJRR, TJMA, TJAM, TJSP, TJGO, TJMT, TJRN, TJES e TJBA. A resposta jurisdicional foi de 119% em 2017, evidenciando que a justiça estadual decidiu um número de processos superior à demanda (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018b).

Segundo a pesquisa, há cerca de 2.440 profissionais da equipe multidisciplinar atuando nas varas e juizados exclusivos, incluindo as especificidades de serviço social, psicologia, medicina, pedagogia e ciências sociais. Destaca-se que esses profissionais, boa parte, não atua de forma exclusiva nessas varas, laborando também em outras unidades jurisdicionais.

Quanto às medidas protetivas de urgência deferidas no âmbito dessa justiça especializada, bem como se a justiça estadual tem sido diligente na análise dos processos, veremos no tópico a seguir.

### 3.2.1 Dos Tribunais de Justiça e Medidas Protetivas

Ao falar sobre as varas especializadas torna-se imprescindível abordar a concessão das medidas protetivas de urgência, instrumento que objetiva inibir novas práticas de violência, em âmbito estadual, bem como analisar se os tribunais têm suprido a demanda de processos.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (2018b), no mapa da violência publicado em 2015, o Brasil encontrava-se em quinto lugar do ranking de países com maior índice de homicídios de mulheres, com 4,8 assassinatos a cada cem mil mulheres. O Mapa da violência de 2015 aponta que, embora tenha ocorrido uma redução significativa na taxa de homicídio de mulheres logo após a entrada da Lei Maria da Penha de 4,2 em 2006 para 3,9 em 2007, essa redução não se manteve. Em 2012, chegou a 4,8 assassinatos, apresentando, ainda, que as vítimas, majoritariamente, eram mulheres negras (pretas e pardas), na faixa etária entre 18 e 30 anos, sendo, portanto, o grupo mais vulnerável.

A partir da publicação desses dados, foi criada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre violência contra a mulher que buscou investigar a situação

da violência contra a mulher no país, apurando denúncias de omissão por parte do poder público.

O relatório final da referida comissão deu ensejo à criação da Lei de Feminicídio (13.104/15) definindo o feminicídio como forma qualificadora do homicídio, se tratando, portanto, do homicídio da mulher em razão da sua condição de gênero. Segundo o CNJ (2018), os tribunais relatam dificuldade na contabilização desses casos, pontua que, em 2017, foram registrados 2.643 casos novos de feminicídio na Justiça Estadual do país. Os estados com as maiores proporções de casos a cada cem mil mulheres residentes são: Rio Grande do Norte, Paraná, Amazonas e Mato Grosso. Os estados com as menores proporções são Alagoas, Bahia e Maranhão. O fato dos três últimos estados apresentarem baixo índice de feminicídio pode estar atrelado às subnotificações dos casos (MONTEIRO, 2019).

Em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que, segundo o Atlas da violência de 2019, pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo, vergonha de denunciar, ou simplesmente não querem denunciar por entender que a justiça criminal não é o melhor caminho.

Além disso, o Fórum Brasileiro de Segurança apresentou dados, atualizados até março de 2018, demonstrando que ocorreu um aumento de 11,3% nos casos de feminicídio, em 2018, sendo que em 88,8% dos casos, o crime foi praticado pelo próprio companheiro.

O Conselho Nacional de Justiça apresentou o relatório “O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha”, no ano de 2018, demonstrando dados sobre a estrutura judiciária nacional e a litigiosidade dos Tribunais de Justiça coletados no ano de 2017 em relação à aplicação da LMP (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

De acordo com o relatório CNJ (2018b), ocorreu um aumento de 12%, no ano de 2016 para 2017, na criação de varas e juizados especializados e exclusivos para o processamento e julgamento de casos envolvendo violência doméstica contra a mulher.

Quanto às equipes multidisciplinares, previstas no artigo 29 da lei, o relatório constatou que há 2.440 profissionais atuantes nesses locais. Todavia, o CNJ esclarece que a atuação dos profissionais não acontece de forma exclusiva nas varas

e juizados, havendo, portanto, um compartilhamento dos profissionais entre as diversas unidades de atendimento distintas (MONTEIRO, 2019).

Segundo o “Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher”, produzido pelo CNJ, a orientação é no sentido de que as varas e juizados especializados com até 5.000 processos em trâmite contenha, no mínimo, em sua equipe multidisciplinar 1 psicólogo e um assistente social, e acima de 5.000 processos 3 psicólogos e três assistentes sociais. De 27 tribunais estaduais, segundo o CNJ, 15 estariam com uma equipe de atendimento considerada adequada.

Diante dos dados apresentados, Monteiro (2019) conclui que os tribunais necessitam de adequações para fornecer acessibilidade às vítimas de violência doméstica ao tratamento das equipes multidisciplinares. Acrescenta que, pelo menos, 12 tribunais não conseguem fornecer às vítimas um tratamento adequado para superação dos traumas decorrentes da violência doméstica.

O relatório aponta o quantitativo de medidas protetivas de urgência em caráter nacional, assim, em 2016 foram expedidas 194.812 e em 2017 cerca de 236.641 medidas, havendo, portanto, um aumento de 21%. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul foi o que mais expediu medidas protetivas com o número de 38.664, e o que menos expediu foi o do Estado de Alagoas (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018b).

O relatório, ainda, constata quais os tribunais com as menores expedições de medidas, são eles: TJAL, TJAP, TJAM, TJPI, TJAC, TJDFT, TJMA, TJES, TJCE, TJPA e TJSP. MONTEIRO (2019) destaca que o resultado dos tribunais supramencionados não significa que nestas regiões a taxa de violência seja menor.

Através do relatório produzido pelo CNJ constatou-se que dos 27 tribunais estaduais, somente 15 tribunais:

(TJCE, TJBA, TJPA, TJRS, TJRJ, TJRR, TJAM, TJAL, TJMG, TJPE, TJTO, TJMT, TJRO, TJPR e TJSE) conseguiram alcançar índices superiores a 100% de atendimento à demanda, ou seja, apenas estes conseguiram decidir um número de processos maior do que o número de casos novos. Posto isso, verifica-se que os outros 12 tribunais (TJRN, TJPI, TJMA, TJES, TJDFT, TJAC, TJSC, TJSP, TJMS, TJGO, TJPB e TJAP) ficaram com os indicadores abaixo dos 100%, ou seja, não conseguiram dar uma resposta rápida, não decidiram a quantidade de processos equivalentes à demanda. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018b, p 16).



Analisando os tribunais com as menores quantidades de expedições de medidas, bem como os que não conseguiram suprir a demanda de processos novos, ou seja, decidir de forma adequada, são comuns, a ambas as situações, os tribunais TJPI, TJAP, TJMA, TJES, TJDFT, TJAC, TJSP, TJAP. Assim, conclui-se que, nesses estados, apesar de existir demanda, o judiciário não tem suprido a demanda de casos novos, não expedindo, portanto, a quantidade de medidas necessárias para a proteção das vítimas.

Além disso, entende-se que os tribunais estaduais, mesmo após 14 anos da publicação da Lei Maria da Penha, encontram-se com dificuldades na implementação de equipes multidisciplinares nos moldes pretendidos pela legislação específica.

Diante disso, conclui-se que, tendo em vista os dados constatados no relatório de 2018 do CNJ, a legislação é clara e relevante, dessa forma, merece investimento para a adequada e satisfatória aplicação em todos os ambientes que a lei dispõe, seja na criação de delegacias da mulher, na criação de varas e juizados especializados, na implementação de equipes exclusivas, bem como na aplicação e fiscalização das medidas de proteção.

### **3.3. Casa-Abrigo**

A casa-abrigo é um serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência. O abrigamento confere à mulher e aos seus dependentes, em situação de risco de morte, local seguro e protegido. A natureza do programa é de serviço público de longa duração e em geral sigiloso, que visa garantir a integridade física e emocional das mulheres, bem como reorganizar a vida da mulher e promover o resgate de sua autoestima.

Os abrigos até 2003, juntamente com as delegacias especializadas de atendimento à mulher, constituíam uma das principais políticas de enfrentamento da violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

As casas-abrigo estão previstas na LMP no art. 35, II, além de garantir acolhimento provisório de 90 a 180 dias, oferece uma gama de possibilidades como serviços, programas e benefícios que visam assegurar o bem estar-físico, psicológico e social das mulheres, bem como sua segurança pessoal e familiar.

Em geral, as vítimas são encaminhadas para o abrigo através da indicação de assistentes sociais ou psicólogos, bem como por servidores capacitados que trabalham com escutas de mulheres em delegacias, defensorias, ministério público.

Em 2011, foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência pela Secretaria de Políticas para as mulheres com os seguintes objetivos: a) propor novas metodologias de abrigo, conexão entre os serviços de atendimento à mulher e os serviços de abrigo, criação da central de abrigo, definição de políticas regionais de abrigo.

O documento, além de reforçar a importância das já existentes casas-abrigo, apresenta novas alternativas de acolhimento. Como é o caso das casas de acolhimento de curta duração, que prevê acolher mulheres em situação de vulnerabilidade em virtude de tráfico de mulheres, violência doméstica, dentre outros crimes sofridos.

Segundo dados do IBGE, em 2013, 97,5% das cidades brasileiras não possuem casas-abrigo. A pesquisa demonstrou que, no Brasil, havia apenas 155 casas-abrigo, sendo que 50 dessas localizadas na região sudeste e 42 na região sul. Em estados como Acre e Roraima inexistiam casas-abrigo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Em 2018, o cenário só piorou, de acordo com o IBGE, o percentual de casas-abrigo caiu de 2,5% para 2,4%. Na esfera estadual, ao todo, são 43 casas-abrigo, sendo o Estado de São Paulo com o maior número de abrigos, com 14 unidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

### **3.4 Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM)**

Os Centros de referência são espaços de acolhimento e atendimento psicológico, social, de orientação e encaminhamento jurídico de mulheres em situação de violência. O CREAM encontra-se vinculado ao órgão gestor das políticas do município onde estão localizados. A finalidade do centro é encaminhar para atendimento e/ou atender a mulher em situação de violência e fornecer subsídios técnicos e estatísticos sobre a questão da violência (BRASIL, 2006).

A equipe de cada centro deve ser composta por um coordenador, dois secretários, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um advogado, dois educadores,

um ajudante geral, um segurança. As usuárias podem ter acesso aos centros de forma espontânea ou quando encaminhada por algum serviço ou instituição (BRASIL, 2006b).

O atendimento ocorre em quatro etapas. A primeira é a de informações gerais sobre os direitos da mulher e sobre a rede de atendimento a sua disposição, a segunda de diagnóstico e encaminhamento para profissionais especializados, terceira fase consiste no atendimento com os profissionais da assistência social, da psicologia e do jurídico, na quarta etapa ocorre o monitoramento e encerramento do atendimento (BRASIL, 2006b).

Observa-se que o CRAS tem sido porta de entrada mais frequente e mais acessível que o CREAM, tendo em vista que o último não existe em todas as localidades. O CRAS, embora não seja especializado no atendimento à mulher, cumpre papel importantíssimo como rede de atendimento às vítimas (GROSSI et al., 2008). Dessa forma, esse centro além de acolher e encaminhar as vítimas, oferta serviço de assistência social e apoio psicológico.

As vítimas também podem recorrer às Defensorias Públicas com o intuito de buscar proteção e orientação, conforme será demonstrado no tópico seguinte.

### **3.5 Defensoria Pública**

A defesa dos direitos da mulher vítima de violência doméstica e familiar é uma das atribuições da defensoria pública, nos termos do artigo 4º, XI, da lei complementar de nº 80/94. A assistência integral e gratuita é direito de toda mulher vítima dessa violência, ainda que ela não seja economicamente insuficiente (LEWIN; PRATA, 2016).

A vítima pode buscar orientação jurídica nos Núcleos de Defesa das Mulheres Vítimas de Violência de Gênero (NUDEM) ou nas próprias defensorias pública presentes nos Juizados de Violência Doméstica.

A partir das defensorias as mulheres podem pedir a concessão de medidas protetivas, sendo dispensável o registro da ocorrência na delegacia. É comum a vítima não querer denunciar seus ofensores, tendo em vista que, em boa parte dos casos, são seus parceiros ou ex-parceiros pais dos seus filhos. Além disso, boa parte das mulheres agredidas não visam a punição dos seus agressores com penas restritivas

de liberdade, buscam ajuda para que a violência cesse por meio de outras alternativas que não a penal.

### **3.6. Educação e Reabilitação de Agressores**

A Lei Maria da Penha, com alteração dada pela Lei 13.984 de 2020, nos incisos VI e VII do seu artigo 22, passou a prever a obrigatoriedade de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e ou em grupo de apoio.

Em 1998 já se pensava em formas de ressocializar e de combater a reincidência dos agressores através de grupos de reflexão. Os grupos eram realizados por meio das ONGs Instituto Papai, no estado de Recife, do Instituto Promundo, Instituto Noos e Centro Especial de Orientação à mulher Zuzu Angel, do Rio de Janeiro.

O primeiro centro de reabilitação e educação para agressores do Brasil foi criado em 2009 em Nova Iguaçu (RJ). Existem poucos centros no país, não sabendo ao certo as unidades disponíveis. Observou-se que os grupos de reflexão são mais frequentes e costumam ser elaborados com parcerias entre órgãos públicos, universidades, e comunidade civil organizada (ELIAS, 2014).

Os grupos reflexivos são baseados na chamada Justiça Restaurativa, esta possibilita que vítima, ofensor, bem como outras pessoas afetadas pelo conflito, participem ativamente na resolução das questões oriundas desse conflito. A modalidade de resolução de conflito é inovadora na medida que valoriza a autonomia dos indivíduos e o diálogo entre as partes.

O direito penal com seu caráter punitivo não tem contribuído para a prevenção nem para a compreensão da violência doméstica. Os grupos de reflexão têm sido mais eficazes, uma vez que tem reduzido a reincidência nesses casos. Um dos grandes desafios é romper com o ciclo da violência. Constatou-se que os agressores não se enxergam como violadores de direitos e justificam suas condutas colocando a culpa na vítima. Através da inclusão dos homens nas práticas de atendimento especializado é mais provável o rompimento das relações violentas.

A resolução dos conflitos por meio de uma justiça alternativa e ressocializadora tem almejado a responsabilização dos agressores pela violência

praticada em um contexto reflexivo, contribuindo para a mudança de pensamento e de atitude.

Diante do exposto, nos tópicos anteriores restou demonstrada a rede de atendimento à mulher, bem como a importância de programas destinados aos agressores visando a prevenção e a redução de novas práticas de violência.

No próximo capítulo será analisada a importância da rede de proteção na cidade de Aracaju (SE), com enfoque nas delegacias de atendimento à mulher, casas-abrigo, defensoria pública e programas de educação e reabilitação de agressores.

#### **4 REDE DE PROTEÇÃO NA CIDADE DE ARACAJU (SE)**

A Rede de atendimento à mulher possibilita o rompimento do ciclo vicioso das relações conjugais violentas, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. O ciclo da violência, em regra, é composto por três principais fases, a primeira é denominada como aumento de tensão, na qual o agressor se irrita por coisas insignificantes, tem acessos de raiva, podendo vir a humilhar, a ameaçar e a quebrar objetos pessoais da vítima. A segunda fase é identificada como a materialização de toda tensão, denominada como ato de violência. É quando o agressor viola a vítima de forma verbal, psicológica, física, moral e/ou patrimonial. A violência pode ocorrer de forma isolada ou cumulada, incluindo mais de uma modalidade de agressão. Já na terceira fase ocorre a chamada “lua de mel”, caracterizada pelo arrependimento do agressor, que passa a ter uma conduta amável para conseguir a reconciliação.

Em virtude dessa mudança de comportamento, na maioria das vezes, a vítima acredita que não haverá mais nenhum tipo de agressão e que não deve tornar a questão pública, isto é, que não precisa comunicar a terceiros o ocorrido. Contudo, sem a mulher informar ou pedir ajuda ou socorro, terceiros tomam conhecimento das agressões. Esses terceiros costumam ser vizinhos que escutam as brigas e agressões. Qualquer indivíduo pode prender em flagrante, contudo, nesses casos, o mais adequado é ligar para o 180.

O presente trabalho foi elaborado durante a Pandemia causada pelo COVID-19, por questões de saúde pública e para conter a propagação do vírus, vários países, inclusive o Brasil, determinaram o isolamento social. Nesse período de isolamento, de acordo com pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), ocorreu um aumento de menções de violência doméstica entre casais vizinhos na rede social Twitter. Em uma filtragem com foco, identificou-se 5.583 menções, sendo que 25% do total dos relatos de brigas de casal foram feitos às sextas-feiras e 53% dos relatos foram publicados à noite ou na madrugada, entre 20 e 3h.

A pesquisa analisou seis estados da federação, a saber, Acre, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os registros oficiais confirmam o estudo realizado na rede social mencionada e constata que ocorreu um aumento nos atendimentos de violência doméstica pela PM, em comparação entre março de 2019 e março de 2020, nos estados de São Paulo e Acre.

Apesar desses dados, a pesquisa evidenciou uma queda de boletins de ocorrência nos seis estados analisados, em comparação entre março de 2019 e março de 2020. Consequentemente, ocorreu uma redução na concessão de medidas protetivas de urgência, em comparação de 1 a 12 de abril de 2019 e 2020.

O FBSP levantou a hipótese de que o isolamento social colaborou para o aumento das subnotificações. Esse entendimento reforça que quanto mais as mulheres estão sem contato com as redes primárias (familiares, amigos) e secundárias (instituições especializadas, CRAS, posto de saúde) mais suscetíveis estão a sofrer violência no silêncio, sem oportunidade de comunicar o ocorrido e pedir ajuda.

A mulher com uma rede de apoio e com informação pode vir a romper essa relação prejudicial ou até mesmo manter-se no relacionamento, mas com o acompanhamento especializado. Vale frisar que os dependentes menores podem ser considerados vítimas diretas, devendo também ter acompanhamento psicossocial.

No presente capítulo buscaremos identificar a importância da Rede de Proteção da cidade de Aracaju/SE no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O município de Aracaju tem aproximadamente cerca de 644.908 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), é a capital do Estado Sergipe, UF que, entre 2017 e 2018, apresentou a maior redução de homicídios de mulheres, com queda de 48,8%, segundo o Atlas da violência de 2020. Todavia, esse dado não é de todo modo satisfatório, uma vez que a pesquisa constatou que, em âmbito nacional, a taxa de homicídios de mulheres ocorridos fora da residência segue a tendência da taxa total de homicídio de mulheres, apresentando, portanto, redução. Contudo, a taxa nacional de homicídios ocorridos dentro da residência apresentou aumento de 8,3% entre 2013 e 2018, havendo estabilidade entre 2017 e 2018.

Em Sergipe, o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social está dentre os principais mecanismos de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. No referido estado, somente cinco municípios possuem Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), são eles: Aracaju (capital), Itabaiana, Estância, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro. As mencionadas delegacias são unidades especializadas da Polícia Civil para o atendimento de mulheres em situação de violência. As DEAMs devem realizar atividades de

prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, bem como expedição de medidas protetivas, conforme pontuado no capítulo anterior (SERGIPE, 2017).

A Coordenadoria da Mulher também está presente no mencionado estado. Possui o objetivo de aprimorar a estrutura do judiciário na área do combate à violência contra a mulher, bem como dar suporte aos magistrados, servidores e equipes multidisciplinares buscando uma melhor prestação jurisdicional. A coordenadoria foi instalada no âmbito do Tribunal do Estado de Sergipe em 2012 mediante Ato de nº 205, nos termos da Lei 7.183/2011, regulamentada pela Resolução 12/2011.

Quanto às Casas-Abrigo, o estado de Sergipe somente possui uma única casa, denominada Casa Abrigo Estadual Neuzice Barreto, com capacidade de atendimento para 30 mulheres vítimas de violência. O intuito é oferecer local protegido e atendimento integral (psicossocial e jurídico) às mulheres em situação de violência doméstica (acompanhadas ou não de filhos) sob risco de morte. O acesso se dá através das Delegacias de Polícia, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça (SERGIPE, 2020).

A Defensoria Pública do estado em parceria com o Ministério Público criou o Núcleo Especializado para a prestação e assistência jurídica às mulheres visando garantir o conhecimento e aplicação da Lei Maria da Penha, e recebe a sigla de NUDEM (SERGIPE, 2020a).

Em relação aos programas destinados aos agressores, segundo o site da Coordenadoria da Mulher, em Sergipe, há dois grupos de reflexão para agressores. O primeiro é referente a uma parceria entre o Município de Lagarto, a Universidade Federal de Sergipe e a Delegacia local. De acordo com o Portal da UFS, o projeto ocorre desde 2013. A mulher vítima presta a queixa, a delegada responsável avalia a situação e, caso se enquadre como violência doméstica (exceto casos de violência física e sexual), encaminha para o Gasvid (Grupo de Autores de Violência doméstica). O grupo tem dentre os seus objetivos refletir, compreender o erro, desconstruir conceitos machistas e quebrar o ciclo da violência. O segundo grupo faz parte do projeto “Viver Melhor” da parceria existente entre a Faculdade de Sergipe (FASE) e a Coordenadoria da Mulher. O objetivo geral do projeto é a reabilitação de autores de violência doméstica (SERGIPE, 2020b).

Pesquisas apontam que os grupos reflexivos têm reduzido a reincidência. Em um grupo elaborado pelo Poder Judiciário de Porto Alegre o percentual de reincidência foi de apenas 4,3%. Outro exemplo, acontece na cidade de Cianorte no



estado do Paraná. O Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores de violência doméstica, desde o início do projeto 2016 até 2019, já realizou 24 grupos com a participação de 598 homens, e constatou apenas 4 casos de reincidência. O que confirma a importância e a efetividade desses grupos no combate à violência doméstica (PARANÁ, 2020).

A Lei 13.984 de 2020 tornou obrigatório o comparecimento de agressor de mulher a Centro de educação e reabilitação e a ter acompanhamento psicossocial. No Brasil, há pouquíssimos centros de reabilitação, sendo mais frequentes os grupos reflexivos. Em Sergipe não há centro de reabilitação para agressores de mulher, apenas possui dois grupos de reflexão, sendo necessário, portanto, discorrer sobre a necessidade de criação desses centros de tratamento.

O Projeto de Lei de nº 6363 de 2019 dispõe sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para homens que praticam violência doméstica e familiar, aditando o inciso V da Lei 11.340/06. Contudo, o projeto ainda aguarda a designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Os grupos reflexivos já apresentam bons resultados, a implementação de centros de educação e reabilitação será um marco para o enfrentamento da violência doméstica (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Após essa síntese da rede de atendimento existente no estado de Sergipe, passa-se à análise da importância da rede de apoio da cidade de Aracaju no combate à violência doméstica.

Nos tópicos posteriores será analisado o papel de cada mecanismo de proteção em âmbito local, a saber DEAM, Defensoria Pública, Coordenadoria da Mulher, Juizado Especializado, Casa-abrigo, CRAS e por fim, programa de educação e reabilitação de agressores. Por fim, será enfatizada a importância de cada mecanismo no combate à violência doméstica em Aracaju.

#### **4.1 DEAM da Capital Sergipana**

A Delegacia especializada no atendimento à mulher, em Aracaju, está presente no Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), em conjunto com as delegacias de atendimento à criança e ao adolescente, a delegacia do idoso e da pessoa com deficiência e a delegacia de atendimento aos crimes

homofóbicos, raciais e de intolerância religiosa. Desde 2018 o atendimento é de 24 horas por dia. Além disso, o departamento presta serviços de prevenção, de correção e de acolhimento, contendo, inclusive uma equipe de psicopedagogas, de psicólogos e de assistentes sociais. Para garantir um melhor acolhimento às vítimas, a DAGV tem parceria com o Instituto Médico Legal (IML), com a Maternidade de Nossa Senhora de Lourdes e com a Defensoria Pública (SERGIPE, 2017).

Antes da LMP, a delegacia especializada de Aracaju era conhecida nacionalmente por seu atendimento restaurativo, servindo de exemplo para outras DEAMs. Todavia, com o advento da LMP, ocorreu a desarticulação das práticas de mediação em virtude da inovação trazida pelo aparato normativo de processamento automático dos casos, que inclusive possibilita a instauração da persecução penal independentemente da vontade da vítima (REGINATO, 2014).

Apesar da desarticulação mencionada, as DEAMs ainda são conhecidas como um dos principais mecanismos de proteção, uma vez que é porta de entrada para as mulheres comunicarem os abusos sofridos, bem como por ser instrumento para a concessão das medidas protetivas. Além disso, da forma que a DEAM de Aracaju se apresenta, constata-se que a vítima desde a sua entrada no órgão é acompanhada por profissionais capacitados e especializados.

## **4.2 Coordenadoria da Mulher e o Tribunal de Justiça de Sergipe**

A coordenadoria da Mulher foi instalada em 2012 pelo Ato de nº 205. Essa coordenadoria objetiva atuar na coordenação de políticas públicas para a proteção dos direitos da mulher, melhorar a prestação jurisdicional, promover articulação e interlocução entre o Tribunal de Justiça e os juízes de direito, recepcionar dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações pertinentes (SERGIPE, 2020b).

Para o cumprimento dos objetivos, a coordenadoria estabeleceu eixos de atuação. Assim, há o Eixo da Educação, da Prevenção, de Estudos e Pesquisa, e o Eixo das Parcerias e Articulação com a rede de serviços. Além disso, através dos eixos, a coordenadoria exerce o papel de fortalecimento das redes de atendimento à mulher. O fortalecimento ocorre por meio de diversos projetos, dentre eles: Capacitações com os servidores e Juízes, Projeto Educação e família, Projeto

“Construindo conceitos e ações” (capacitação para a Polícia Militar), Confeção e distribuição de material educativo para a população, Programa Viver Melhor (em parceria com a Faculdade de Sergipe (FASE), tendo como objetivo geral reabilitar de forma psicossocial autores de violência doméstica através de grupos reflexivos), Projeto Interior em rede (tem o objetivo de diagnosticar o desempenho da rede de atendimento à mulher), Implantação da Equipe Multidisciplinar na delegacia de atendimento a grupos vulneráveis .

Verifica-se, portanto, que na medida em que a coordenadoria realiza atividades fiscalizatórias, também cria projetos de melhoria da prestação jurisdicional, de capacitação dos profissionais que atuam na linha de frente no combate à violência doméstica, bem como informa e comunica a população sobre a temática. É, portanto, um importante instrumento na cidade de Aracaju para o enfrentamento desse problema social que aflige tantas famílias e a sociedade.

Em 2013 foi criado o Juizado de Violência Doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a LMP, os juizados e varas especializadas são órgãos da justiça com competência cível e criminal, responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo como principais funções julgar e conceder medidas protetivas.

O Juizado local participa do programa nacional de Justiça pela paz em casa. É um projeto que conta com a participação dos Tribunais estaduais e visa agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. Essa concentração de esforços ocorre em três meses do ano, a saber março, agosto e novembro. Além disso, são realizados diversos cursos de capacitação, palestras e outras atividades, e conta com a participação da Coordenadoria da Mulher.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza o Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Segundo os dados do CNJ relativos ao Tribunal de Sergipe, em 2019, constatou-se a existência de apenas uma vara exclusiva de violência doméstica, a qual se encontra na capital sergipana. O painel do CNJ aponta que, quanto ao quesito produtividade, a vara exclusiva de Aracaju apresentou taxa de congestionamento de 48% e índice de atendimento à demanda de 131%, em 2019. Portanto, conseguiu decidir/julgar um número de processos maior do que o número de casos novos. O ano que apresentou

o melhor índice de produtividade foi 2018 com taxa de congestionamento de 30% e índice de atendimento à demanda de 335,2% (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019).

Ressalta-se que os casos de feminicídios são analisados em varas não exclusivas. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2019), constataram-se 19 processos novos, 20 processos baixados e 53 processos pendentes.

De acordo com o Painel do Conselho Nacional de Justiça (2019), a vara especializada em estudo possui 9 salas de atendimento privativo, 1 setor psicossocial exclusivo, 6 setores psicossociais não-exclusivos e 1 vara exclusiva, conforme já pontuado. Em relação aos servidores lotados nessa vara, constatou-se que há 2 profissionais do serviço social, 2 da psicologia e 10 do apoio direito.

Em relação à expedição de medidas protetivas de urgência tanto dirigidas à ofendida, quanto às que obrigam o agressor, tem-se que a vara especializada apresentou resultados melhores em 2016 do que em 2017. Assim, os dados mostram que ocorreu uma diminuição na expedição de medidas, tendo sido deferidas 1.123 em 2016 e apenas 447 em 2017. Os resultados podem estar relacionados a uma diminuição na demanda ou negligência. Já em 2018, observa-se que ocorreu um aumento, sendo concedidas 533 medidas protetivas de urgência. E em 2019, também houve um aumento, sendo deferidas cerca de 730 medidas protetivas de urgência.

Conclui-se que a vara especializada em violência doméstica contra a mulher de Aracaju/SE, segundo os dados apresentados acima, somente dispõe de 4 profissionais para o quadro de equipes multidisciplinares. E conforme demonstrado no tópico anterior, esses profissionais não são exclusivos das varas e juizados de violência doméstica. Além disso, constatou-se que a vara analisada apresentou bons resultados em relação à análise de novas demandas, estando dentre os juizados que alcançaram índices superiores a 100% de atendimento à demanda.

É válido destacar que o fato da vara especializada de Aracaju apresentar boa produtividade não significa que os problemas se resolveram entre vítima e agressor, motivo pelo qual o presente trabalho reforça a importância da equipe multidisciplinar no acompanhamento desses indivíduos, bem como do núcleo familiar, quando necessário. Além disso, enfatiza a relevância de penas alternativas, como as já citadas de comparecimento de grupos de reflexão para agressores.

### **4.3 Centro De Referência De Assistência Social – CRAS**

O Centro de Referência de Assistência Social é uma ferramenta importante que oferta à comunidade serviços e ações de proteção básica, fornecendo tratamento e assistência psicossocial. Conforme apontado no início do capítulo, o CRAS, em virtude de sua acessibilidade, tem sido ferramenta de combate à violência doméstica, sendo um dos locais que a mulher vítima busca após sofrer a agressão (SERGIPE, 2020b).

A capital sergipana conta com 15 CRAS dispersos planejadamente por diferentes bairros, a saber: CRAS Antonio Valença Rollemberg (atende Farolândia, Mosqueiro, Rolabo, Areia Branca e Aeroporto), CRAS Hardmam (atende Soledade), CRAS Benjamim Alves de Carvalho (Coroa do meio e Atalaia), CRAS Coqueiral (atende Coqueiral), CRAS DR. Fernandes de Melo (atende Lamarão), CRAS Enedina Bonfim dos Santos (atende América e Novo Paraíso), CRAS Jardim Esperança (atende Inácio Barbosa, Conrado, Luzia), CRAS João de Oliveira Sobral (atende Santos Dumont e Bugio), CRAS Madre Tereza (atende Ponto Novo, Jabotiana, Aloque, Suissa, Grageru, Jardins, Salgado Filho, 13 de Julho, São José, Pereira Lobo), CRAS Pedro Averan (atende Santo Antônio, Bairro Industrial), CRAS Porto Dantas (atende Porto Dantas), CRAS Porf<sup>a</sup> Gonçalo Rollemberg Leite (atende José Conrado de Araújo, Siqueira Campos, Cirurgia, Getúlio Vargas, Centro), CRAS Risoleta (atende cidade nova, Palestina, 18 do Forte, CRAS Santa Maria (atende Santa Maria), CRAS Veneza, Jardim Centenário, Olaria e Capucho).

O município possui também os Centro de Referência Especializado de Assistência Social – conhecidas como CREAS, porém em quantidade menor que o CRAS. O Objetivo do CREAS é oferecer atendimento especializado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para famílias em situação de risco pessoal.

As unidades oferecem ações especializadas de orientação, proteção, acompanhamento psicossocial e jurídico para grupos vulneráveis, a saber: idosos, mulheres, crianças e adolescentes. Em Aracaju há cinco unidades de atendimento, sendo elas: CREAS Maria Pureza, Viver Legal, São João de Deus, Gonçalo Rollemberg Leite, Centro Dia.

#### 4.4 Casa-Abrigo

Em Aracaju, a Casa-abrigo foi criada em dezembro de 2002, sendo inaugurada em fevereiro de 2003 denominada Casa-Abrigo Professora Núbia Marques. O projeto de acolhimento foi possível a partir do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a União Brasileira de Mulheres de Sergipe (UBM). Antes da casa-abrigo as mulheres eram encaminhadas a outros abrigos não especializados (FONSECA, 2015).

Para garantir a proteção das vítimas o endereço da casa é mantido sobre sigilo, devendo anualmente ser transferido de local, nos termos das diretrizes estabelecidas pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres (SPM). Após 2013, com o surgimento da Casa Abrigo Estadual em Sergipe, a Casa-abrigo de Aracaju passou a receber apenas mulheres residentes no município. O local tem capacidade para acolher 20 pessoas, incluindo mulheres e seus dependentes menores.

A forma de acesso à casa-abrigo pode se dar através da Delegacia de Polícia, quando do momento do registro do boletim de ocorrência é identificado a ausência de local seguro para a vítima. A segunda forma de acesso ocorre quando a mulher busca orientação no CRAS, unidade básica de saúde, CREAS. Há outras formas de acesso também, como através de pedido do Ministério Público ou por determinação do Poder Judiciário. Em todos os casos a mulher precisa registrar um boletim de ocorrência em uma delegacia. O período de acolhimento é de até três meses, podendo ser prorrogado a depender da situação da vítima.

A Casa - Abrigo conta com equipe multidisciplinar composta por 1 coordenadora (assistente social), 1 psicóloga, 1 auxiliar administrativo, cinco auxiliares de serviços gerais, 5 educadoras sociais (fazem a orientação durante a permanência). Frisa-se que todos os profissionais citados são do sexo feminino. Além de atendimento psicossocial, as mulheres recebem orientação jurídica.

Não foram encontrados dados referentes à demanda da casa-abrigo, quantas mulheres estão sendo acolhidas, por exemplo, nesse momento de pandemia, ou se está funcionando neste período.

#### **4.5 Importância da Rede de Atendimento de Aracaju para o Enfrentamento da VDFM**

A positivação de direitos é muito importante, contudo, mais relevante é o seu cumprimento. No caso da implementação da rede de proteção da mulher não é diferente.

A doutrina discute, bem como a jurisprudência sobre os efeitos da perseguição penal obrigatória na vida do agressor, da mulher, dos filhos menores, e para os demais integrantes da família. Retirar a autonomia da mulher em decidir se denunciará o seu agressor é questionável na medida em que é uma forma de silenciar, violar, reduzir direitos. A autonomia é extremamente cara para a mulher brasileira, e para tantas outras pelo mundo a fora.

Os estudiosos tentam entender analisando outras vivências, outros períodos da sociedade de onde teria surgido esse desequilíbrio na relação homem e mulher. A violência doméstica e familiar é uma das consequências da desigualdade. Essa desigualdade por muito tempo foi institucionalizada. Leis como o Estatuto da mulher casada (Lei de nº 4121 de 1962) evidenciam o tratamento do Estado em relação às mulheres nesse período. Sobre o assunto Saffioti (2015, p.52) pontua que:

Até a promulgação desta lei, a mulher não podia desenvolver atividade remunerada fora de casa sem o consentimento de seu marido, entre outras limitações. Era, literal e legalmente, tutelada por seu cônjuge, figurando ao lado dos pródigos e dos silvícolas, quanto a sua relativa incapacidade civil.

Essa dominação do homem em relação a mulher é fruto do machismo que tem como base o patriarcado, sendo este último denominado como o pacto entre os homens para oprimir e controlar as mulheres.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), como já mencionado neste trabalho, estabeleceu como direito constitucional a igualdade entre os sexos. Portanto, todas as leis que de alguma forma discriminassem ou violassem os direitos das mulheres não foram recepcionadas pela carta magna.

A positivação de direitos e garantias é essencial, consoante mencionado, mas é através da implementação que os direitos são gozados. A Lei Maria da Penha prevê a rede de proteção da mulher em situação de violência, contudo, esta precisa ser implementada pelo Poder Executivo.

Investimentos na área social e da saúde são relevantes para o combate dessa mazela social. Conforme demonstrado no capítulo anterior, a LMP estabelece diversos mecanismos para resguardar direitos básicos de mulheres em situação de violência, dentre eles CREAS (com a orientação básica e atendimento psicossocial), DEAM (denúncia, investigação, concessão de medidas protetivas de urgência), Casa-abrigo (acolhimento e atendimento multidisciplinar), Defensoria Pública (orientação jurídica), Juizado Especializado em violência doméstica (celeridade, atendimento especializado e multidisciplinar).

Em 2003 foi autorizada a criação da Central de atendimento à mulher em situação de violência - Ligue 180, tendo como objetivo receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e realizar encaminhamentos, quando necessário.

Anualmente a Central elabora um balanço sobre o quantitativo de denúncia, sobre as modalidades mais registradas, acerca do perfil da vítima, do agressor, nas UF's do País. Segundo o Balanço do 180, no ano de 2019, as principais violações registradas foram referentes a violência doméstica e familiar em 78, 96% das ligações recebidas. Desse percentual, 61,11% correspondia a denúncia de violência física, 19,85 de violência moral, 6,11% de tentativa de feminicídio, 5,76% de violência psicológica, 4,04% em virtude de descumprimento de medidas protetivas, 2,20% violência patrimonial e 0,93% denúncia de violência sexual.

A pesquisa também identifica o perfil da vítima, como sendo a faixa mais recorrente entre as mulheres declaradas pardas, com faixa etária entre 25 a 30 anos. E identifica também a relação dos suspeitos com a vítima, sendo 33,15% dos agressores companheiros, 17,94% ex-companheiros e 12,13% cônjuge. Ter dados dessa natureza é importante para o Estado criar políticas públicas específicas.

A rede de atendimento tem o dever de estar presente em diversas esferas da vida da mulher. Pensar no combate à violência é estabelecer uma rede de saúde acessível, centros de atendimento especializados, delegacias disponíveis para escutar de forma ativa a mulher. A prevenção, o acolhimento e o atendimento psicossocial é o melhor caminho para lidar com a violência doméstica contra a mulher.

A política criminal adotada pelo Brasil, a qual desqualifica a opinião da vítima, de não considerar a sua escolha, por não denunciar o agressor, por exemplo, contribui para o afastamento dessa das redes de proteção. Contudo, estudos apontam que o enrijecimento não é a forma mais adequada de enfrentamento da violência em



estudo. Os efeitos da pena transcendem à pessoa do condenado e afetam a família, sendo que no caso da violência doméstica, na maioria dos casos, a família é a própria vítima (MEDEIROS; MELO 2014).

Dessa forma, medidas alternativas à pena restritiva de liberdade são mais eficazes no combate e menos prejudiciais ao núcleo familiar e ao próprio agressor.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conteúdo abordado ao longo do presente trabalho demonstra a importância da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, destacando as práticas de prevenção, de acolhimento e atendimento multidisciplinar.

Além disso, enfatiza os mecanismos de proteção à mulher existentes na cidade de Aracaju/Se, em consonância com a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que resguardam direitos básicos, dentre eles CREAS (com a orientação básica e atendimento psicossocial), DEAM (denúncia, investigação, concessão de medidas protetivas de urgência), Casa-abrigo (acolhimento e atendimento multidisciplinar), Defensoria Pública (orientação jurídica), Juizado Especializado em violência doméstica (celeridade, atendimento especializado e multidisciplinar).

Ao final, constata que o direito penal com seu caráter punitivo não tem contribuído para a prevenção nem para a compreensão da violência doméstica. Diante disso, conclui que a prevenção, o acolhimento e o atendimento psicossocial é o melhor caminho para lidar com a violência doméstica contra a mulher.

## REFERÊNCIAS

- BALZ, D. F. **A Lei Maria da Penha e a (in)eficácia das medidas protetivas**. 2015. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Direito) - Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa. 2015. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3514/TCC%20Debora%20-1.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização**. Centros de Referência de atendimento à mulher em situação de violência. Brasília, 2006b. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/norma-tecnica-de-uniformizacao-centros-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília, 2011. Disponível em: <[https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2013/01/SPM2011\\_DiretrizesAbrigamentoMulheresSituacaoRiscoeViolencia.pdf](https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2013/01/SPM2011_DiretrizesAbrigamentoMulheresSituacaoRiscoeViolencia.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3538/1/td\\_2048.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3538/1/td_2048.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanco 2019**. Ligue 180. Central de atendimento à mulher. 2019. 60p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/balanco-anual-ligue-180-registra-1-3-milhao-de-ligacoes-em-2019/BalancoLigue180.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas da violência**. Fórum brasileiro de segurança pública. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 6363/2019**. Dispõe sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para homens que praticam

violência doméstica e familiar, aditando o inciso V, do art. 35 da Lei Federal n.º 11.340/2006. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2233219>>. Acesso em: 16 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília, 2010. Disponível em: <[https://www.tjal.jus.br/apmp/arquivos/20131203234156\\_CNJ-Manual-Rotinas-Estruturacao-JVDFM.pdf](https://www.tjal.jus.br/apmp/arquivos/20131203234156_CNJ-Manual-Rotinas-Estruturacao-JVDFM.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília, 2018a. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/b3f18ac2f32a661bd02ca82c1afbe3bb.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O Poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. 2018b. Disponível em: <[https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/arquivos/documentos/cartilha\\_poderjudiciario\\_maria\\_da\\_penha\\_2018.pdf](https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/arquivos/documentos/cartilha_poderjudiciario_maria_da_penha_2018.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. 2019. Disponível em: <[https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=qvw\\_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo](https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=qvw_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

COSTA, A.A.A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H.P. PISCITELLI, A., MALUF, S.W., PUGA, V.L. **Olhares feministas**. Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c73631215.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CUNHA, R.S.; PINTO, R.B. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)**, comentada artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DATAPOPULAR. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. Instituto Patrícia Galvão. 2013. Disponível em: <[https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR\\_IPG\\_violenciaeassassinatos2013.pdf](https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR_IPG_violenciaeassassinatos2013.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar contra a mulher**. Secretaria de Transparência. 2013. Disponível em: <[https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia\\_Domestica\\_contra\\_a\\_Mulher\\_2013.pdf](https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2020.

ELIAS, M. L. F. **Centro de Educação e Reabilitação de agressores na Lei Maria da Penha**. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4976/1/464934.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONSECA, E. E. P. F. **Mulheres em situação de abrigo: uma abordagem a partir da inserção em uma casa-abrigo**. Dissertação (Mestrado de Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5978/1/ERICKA\\_EVELYN\\_PEREIRA\\_F\\_FONSECA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5978/1/ERICKA_EVELYN_PEREIRA_F_FONSECA.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Nota técnica. **Violência Doméstica durante a pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2020.

GUIMARAES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia e Sociedade**, v.27, n.2, p.256-266, 2015. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/277927331\\_VIOLENCIA\\_CONTRA\\_A\\_MULHER\\_PROBLEMATIZANDO\\_DEFINICOES\\_TEORICAS\\_FILOSOFICAS\\_E\\_JURIDICAS](https://www.researchgate.net/publication/277927331_VIOLENCIA_CONTRA_A_MULHER_PROBLEMATIZANDO_DEFINICOES_TEORICAS_FILOSOFICAS_E_JURIDICAS)>. Acesso em: 15 mai. 2020.

GROSSI, P. K., et al. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea Digital**, Rio Grande do Sul, n.14, p. 267-280, 2008. Disponível em: <[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/solucao\\_em\\_rede/rede\\_de\\_protecao\\_mulher\\_violencia\\_patricia\\_k\\_grossi.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/solucao_em_rede/rede_de_protecao_mulher_violencia_patricia_k_grossi.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

GROSSI, P. K. et al. **A rede de atendimento à mulher em situação de violência no meio rural**: desafios para a intervenção profissional. II Seminário Regional Políticas Públicas Intersectorialidade e família: formação e intervenção profissional - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8150/2/evento\\_002%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8150/2/evento_002%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo**. 2019. Disponível em: <<https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo.html>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/aracaju.html>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência**. Fórum brasileiro de segurança pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)>. Acesso em: 16 mai. 2020.

LEWIN, A.P.O.C.M.; PRATA, A.R.S. Da atuação da Defensoria Pública para promoção e defesa dos direitos da mulher. **Revista Digital de Direito**

**Administrativo**, v. 3, n.3, p. 525-541, 2016. Disponível em: <  
<https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i3p525-541>>. Acesso em: 07 set. 2020.

LOURENÇO, N.; CARVALHO, M. J. L. Violência doméstica: conceitos e âmbitos. Tipos e espaços de violência. **Revista da Faculdade de Direito da UNL**, Themis, n.3, p. 95- 121, 2001.

MEDEIROS, C. S. I. Q.; MELLO, M. M. P. **O simbolismo da Lei “Maria da Penha” no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher**. In: TEIXEIRA, J. P. A.; ANDRADE, L. D. (org.) *Jurisdição, Processo e Direitos Humanos*. Recife: APPODI, 2014. 255p. Disponível em: <  
<https://pt.slideshare.net/jpallain/livro-jurisdicao-processodireitoshumanos>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MONTEIRO, C. G. **Lei Maria da Penha: A Efetividade das medidas protetivas de urgência no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <  
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14082>>. Acesso em: 20 mar. 2020. Acesso em: 06 jan. 2021.

OLIVEIRA, L. V.; BARRETO, A. C. **Reflexões de Gênero e alcance de aplicação da Lei Maria da Penha**. I Seminário de saberes sobre Violência Doméstica no nordeste fluminense - Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Santo Antônio de Pádua, 2018. Disponível em:  
[http://www.sabermulher.padua.iff.edu.br/documentos/10/Reflex%C3%B5es\\_de\\_g%C3%AAnero\\_e\\_alcance\\_de\\_aplica%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_lei\\_Maria\\_da\\_Penha.pdf](http://www.sabermulher.padua.iff.edu.br/documentos/10/Reflex%C3%B5es_de_g%C3%AAnero_e_alcance_de_aplica%C3%A7%C3%A3o_da_lei_Maria_da_Penha.pdf)  
 >. Acesso em: 06 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. 1969. Disponível em: <  
<http://oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>> . Acesso em: 15 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Direitos Humanos**. 2019. Disponível em: <  
<https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/#:~:text=Os%20direitos%20humanos%20incluem%20o,a%20estes%20direitos%2C%20sem%20discrimina%C3%A7%C3%A3o>>.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná (MPPR). **Grupo de recuperação de homens agressores reduz violência doméstica**. 2020. Disponível em: <  
<https://mppr.mp.br/2020/01/22233,10/Grupo-de-recuperacao-de-homens-agressores-reduz-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PORTELA, T. V. **A (in) eficácia das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha**. Brasília, 2011.

REGINATO, A. D. A. Obrigação de punir: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

RIBEIRO, D. P. **Violência contra a mulher**: aspectos gerais e questões práticas da Lei nº 11.340/2006. 1.ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. 144 p.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero** - lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais. São Paulo: PUC, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero Patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SERGIPE. Secretaria de Segurança Pública (SSP). **Atendimento a Grupos Vulneráveis**. 2017. Disponível em:

<<https://www.ssp.se.gov.br/Servicos/Detalhes?idServico=8>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SERGIPE. Defensoria Pública do Estado de Sergipe. O que é a Lei Maria da Penha? 2020a. Disponível em: <[https://www.defensoria.se.def.br/?page\\_id=320](https://www.defensoria.se.def.br/?page_id=320)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SERGIPE. Tribunal de Justiça de Sergipe. Coordenadoria da mulher. 2020b.

SILVA, W. M. **A inefetividade das medidas protetivas da Lei 11.340/2006 e o surgimento da Lei 13.641/2018**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2018. Disponível em: <[https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=SILVA%2C+Welizandra+Martins+da.+A+inefetividade+das+medidas+protetivas+da+Lei+11.340%2F2006+e+o+surgimento+da+Lei+13.641%2F2018.&btnG](https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SILVA%2C+Welizandra+Martins+da.+A+inefetividade+das+medidas+protetivas+da+Lei+11.340%2F2006+e+o+surgimento+da+Lei+13.641%2F2018.&btnG)>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SILVA, A. N. **Lei Maria da Penha**: Uma análise da eficácia das Medidas Protetivas de Urgência que obrigam o agressor em Fortaleza. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49212>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SOUZA, J. P. A. S.; FONSECA, T. A. **A aplicação da Lei 9.099/95 nos casos de violência doméstica contra a mulher**. In: Boletim do IBCrim, n.168, p. 4, 2006.

SOUZA, Q. L. D. **A implantação da patrulha Maria da Penha no município de Ijuí** - Uma análise da efetividade da fiscalização do cumprimento de medidas protetivas entre 2016 e 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2019. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/6220/Queila%20Dobler.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

WELZER-LANG, D. **Les hommes violents**. Paris: Lierre & Coudrier Editeur, 1991.